

PARECER Nº 11/PP/2017-P

CONCLUSÃO

A prestação da actividade de jurista, num gabinete de mediação de seguros não pode implicar a prestação a terceiros (clientes desse gabinete) de serviços que compreendem a prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores, uma vez que tal é expressamente proibido pela Lei nº 49/2004, de 24 de Agosto.

I - Por comunicação electrónica datada de 25 de janeiro de 2017, dirigida ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados e posteriormente remetida para o Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, a Senhora Doutora (...), portadora da Cédula profissional (...), com domicílio profissional no (...), concelho de (...), pede a emissão de parecer deste Conselho, relativamente a uma proposta de trabalho que lhe foi apresentada por um Gabinete de Seguros, cujo objecto social é a mediação de seguros.

Concretamente, coloca a seguintes questões:

- a) Se, em regime de avença, pode assegurar a defesa dos clientes do Gabinete de Seguros, prestando-lhes esclarecimentos jurídicos e assegurando a sua representação em tribunal, sendo que o local da prestação de serviços seria o próprio Gabinete de Mediação de Seguros;
- b) Se, em alternativa, esses serviços podem ser assegurados mediante a celebração de um contrato individual de trabalho;
- c) E, se, no caso de celebrar com o referido Gabinete um contrato individual de trabalho, como administrativa, existe incompatibilidade com a sua inscrição da Ordem dos Advogados, impondo-se, por isso, um pedido de suspensão.

Foi proferido despacho pela Vogal relatora, para que a Senhora Doutora (...) viesse concretizar as funções que iria prestar no âmbito do contrato individual e trabalho como administrativa, tendo a visada informado que, devido a alterações entretanto ocorridas, a hipótese da celebração de um contrato individual de trabalho como administrativa tinha deixado de ser possível.

II – Atento o esclarecimento prestado, apenas este Conselho se debruçará sobre a questões supra descritas nas alíneas a) e b), tendo este Conselho Regional competência para emitir parecer, nos termos do disposto no art.º 54.º, nº 1, al. f) do E.O.A.

III – Para responder às questões colocadas, teremos de atender, desde logo, ao disposto nos art.ºs 81.º e 82.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (doravante designado de E.O.A), uma vez que tais normativos consagram o regime das incompatibilidades para o exercício da advocacia.

Relevante, desde logo é termos presente o disposto no n.º 1 e 2 do referido art.º 81.º E.O.A:

“1 – O advogado exercita a defesa dos direitos e interesses que lhe sejam confiados sempre com plena autonomia técnica e de forma isenta, independente e responsável.

2 – O exercício da advocacia é inconciliável com qualquer cargo, função ou atividade que possam afectar a isenção, a independência e a dignidade da profissão”

Será incompatível com o exercício da advocacia todo e qualquer cargo, atividade ou função que afecte a isenção, a independência e a dignidade da profissão, ou seja, estará vedado o exercício de outro cargo ou profissão que pelas suas características essenciais coloque o Advogado em situações que privilegiem a angariação de clientela - o que nos termos do disposto no art. 90º, nº2, h) E.O.A. é proibido -, bem como todas as situações que limitem a liberdade e empenho que o mesmo deve ter na condução de todos os assuntos que lhe são confiados.

De referir ainda que, pela sua atuação, o mesmo não poderá quebrar a relação de confiança que os seus clientes nele depositaram, nos termos do estatuído no art.º 97.º E.O.A., uma vez que se tal vier a suceder será colocada em causa a própria dignidade da profissão.

Por seu turno, o art.º 82.º, n.º 1 do E.O.A. prevê um conjunto de diversas funções ou actividades com as quais o exercício da Advocacia é considerado incompatível, sendo que teremos de ter em atenção o facto de tal enumeração ser meramente exemplificativa.

IV - Na situação concreta que é colocada, não estamos perante o exercício de um cargo, função ou actividade que possa ser inconciliável com a advocacia, já que a Requerente exercerá as funções de jurista e praticará, segundo referiu, actos próprios do advogado. Não se tratando de actividade incompatível com o exercício da advocacia, não se coloca a questão da suspensão da inscrição na Ordem dos Advogados.

Contudo, a questão tem de ser analisada numa outra perspectiva. Vejamos: “Apenas os licenciados em Direito com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados e os solicitadores inscritos na Câmara dos Solicitadores podem praticar os actos próprios dos advogados e dos solicitadores” (artº 1º, nº1 da Lei nº 49/2004, de 24 de Agosto). E “sem prejuízo do disposto nas leis de processo, são actos próprios dos advogados e dos solicitadores o exercício do mandato forense e a consulta jurídica” (artº 1º, nº5 do mesmo diploma), para além de outros referidos nos nºs 6, 7 8 e 9 da mesma disposição legal.

“Com excepção dos escritórios ou gabinetes compostos exclusivamente por advogados, por solicitadores ou por advogados e solicitadores, as sociedades de advogados, as sociedades de solicitadores e os gabinetes de consulta jurídica organizados pela Ordem dos Advogados

e pela Câmara dos Solicitadores, é proibido o funcionamento de escritório ou gabinete, constituído sob qualquer forma jurídica, que preste a terceiros serviços que compreendam, ainda que isolada ou marginalmente, a prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores” (artº 6º, nº1 do mesmo diploma).

Não são abrangidos por esta proibição os sindicatos e associações patronais e as entidades sem fins lucrativos que requeiram o estatuto de utilidade pública, desde que preenchidos determinados requisitos.

Atendendo às concretas funções que a Requerente exercerá, como jurista, no Gabinete de Mediação de Seguros, as mesmas implicam a prestação a terceiros (clientes desse escritório) de serviços que compreendem a prática de actos próprios dos advogados, o que é expressamente proibido pela referida Lei dos Actos Próprios do Advogado. A violação dessa proibição confere à Ordem dos Advogados o direito de requerer junto das autoridades judiciais competentes o encerramento do escritório ou gabinete.

Assim, a Requerente não poderá prestar apoio jurídico e dar consulta jurídica aos clientes do Gabinete de Mediação de Seguros, nem este Gabinete poderá prestar aos seus clientes esse aconselhamento jurídico, por se tratar de actos que estão reservados aos advogados e solicitadores.

EM CONCLUSÃO, a prestação da actividade de jurista, num gabinete de mediação de seguros não pode implicar a prestação a terceiros (clientes desse gabinete) de serviços que compreendem a prática de actos próprios dos advogados e dos solicitadores, uma vez que tal é expressamente proibido pela Lei nº 49/2004, de 24 de Agosto.

Este é, s.m.o., o meu parecer.

À sessão.

Porto, 27 de Fevereiro de 2017

A Relatora

Maria José Rego